

ESTUDANTES NEGROS E NEGRAS NO ENSINO SUPERIOR E A RELAÇÃO COM QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS VIVENCIADAS NA UNIVERSIDADE

João Batista Xavier da Silva

Resumo: Este texto traz recortes de um estudo resultado de Trabalho de Conclusão de Curso que teve como objetivo principal analisar percepções de estudantes negros e negras sobre questões étnico-raciais vivenciadas no processo de inclusão e permanência no ensino superior. Os estudos feitos na formação inicial dão ênfase à inclusão de questões étnico-raciais e culturais nos currículos das escolas e expressam o direito de pertencimento a essas instituições sem restrições da cor da pele, de cultura ou por ser diferente do outro. Diante deste contexto, as análises da conjuntura atual suscitaram inquietações sobre a temática proposta na pesquisa, por isso emergiu a necessidade de buscar resposta para o problema: Como os estudantes negros e negras lidam com questões étnico-raciais vivenciadas por eles no processo de sua inclusão na universidade? A pesquisa trilhou os caminhos da abordagem qualitativa pela convicção de trabalhar em uma perspectiva que a realidade não contempla a característica da quantitativa. A análise e interpretação dos dados, através de entrevista e questionário evidenciou que os sujeitos lidam naturalmente com questões étnico-raciais, pois não sofreram preconceito racial nos espaços da universidade e se sentem respeitados pelos colegas e professores. Apesar disso, emergiu dos relatos a existência de preconceito racial, não de maneira declarada ou explícita, mas sutil e velada. Todos os sujeitos se identificam como negros e jamais pensam em negar suas identidades. Evidenciam que o número de negros com pouca expressividade nas universidades é a oportunidade de acesso à educação, em especial nas universidades públicas federais.

Palavras-chaves: Ensino Superior. Estudantes negros e negras. Identidade.

Resumen: Este texto trae recortes de un estudio resultado de Trabajo de Conclusión de Curso que tuvo como objetivo principal analizar percepciones de estudiantes negros y negras sobre cuestiones étnico-raciales vivenciadas en el proceso de inclusión y permanencia en la enseñanza superior. Los estudios realizados en la formación inicial ponen énfasis en la inclusión de cuestiones étnico-raciales y culturales en los currículos de las escuelas y expresan el derecho de pertenencia a esas instituciones sin restricciones del color de la piel, de la cultura o por ser diferente del otro. En este contexto, los análisis de la coyuntura actual suscitaron inquietudes sobre la temática propuesta en la investigación, por lo que surgió la necesidad de buscar respuesta al problema: Como los estudiantes negros y negras tratan con cuestiones étnico-raciales vividas por ellos en el proceso de su inclusión ¿en la Universidad? La investigación ha caminado los caminos del enfoque cualitativo por la convicción de trabajar desde una perspectiva que la realidad no contempla la característica de la cuantitativa. El análisis e interpretación de los datos, a través de entrevista y cuestionario, evidenció que los sujetos tratan naturalmente con cuestiones étnico-raciales, pues no sufrieron prejuicio racial en los espacios de la universidad y se sienten respetados por los colegas y profesores. A pesar de ello, surgió de los relatos la existencia de prejuicio racial, no de manera declarada o explícita, pero sutil y velada. Todos los sujetos se identifican como negros y jamás piensan en negar sus identidades. Evidencian que el número de negros con poca expresividad en las universidades es la oportunidad de acceso a la educación, en especial en las universidades públicas federales.

Palabras-claves: Enseñanza Superior. Estudiantes negros y negras. Identidad.

Introdução

A temática deste trabalho diz respeito a estudantes negros e negras que tiveram a oportunidade de inserção no ensino superior em uma universidade de categoria confessional e foram sujeitos que materializaram o estudo, uma vez que a história sobre afrodescendentes remonta de um tempo não muito distante em que pessoas de pele negra ficavam à margem do processo educacional em todos os níveis de ensino.

Diante do exposto, ressaltamos que algum avanço tem se percebido, por isso que a base do estudo que deu origem a esse texto buscou alicerce na literatura sobre a temática e, com o olhar mais apurado direcionou-se a documentos oficiais como a Constituição Federal do Brasil de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/1996 e a Lei 10.639/2003. Esses documentos deram suporte para discorrer alguns pontos que foi foco do Trabalho de Conclusão de Curso, como etapa final da formação inicial de professores. Para tratar da temática ou trabalhar temas relacionados aos afrodescendentes é um processo não muito fácil, mas complexo, pois não é difícil imaginar que os preconceitos sofridos por uma pessoa negra possam ser responsáveis para a negação da identidade étnica. Entendemos que a complexidade inclui não só as mudanças do cenário ideológico e sociocultural em referência à definição e auto definição das populações etnicamente diferenciadas, mas às ações que tendem a aperturar os afrodescendentes. É necessário, portanto, que os meios acadêmicos produzam conhecimentos capazes de trazer à tona essa realidade e que esses meios sejam espaços de conscientização contra a discriminação racial.

Os estudos feitos na formação inicial que deram espaços para as discussões sobre temas da diversidade étnico-cultural retrataram a importância que nem sempre é visível nos espaços escolares ou acadêmicos. Contudo, a inclusão de questões étnico-raciais nos currículos das escolas são pontos que expressam o direito de pertencimento a uma instituição sem restrições da cor da pele, ou por ser diferente do outro.

Sendo a educação básica, um espaço em que a obrigatoriedade de temas que mencionam a cultura afro-brasileira e indígena, na educação superior não poderá ser diferente. Diante da conquista após anos de luta de movimentos negros e de seus representantes legais, a presença do negro na universidade ganhou mais visibilidade.

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806

Portanto, este trabalho retrata a inclusão de estudantes negros no ensino superior e é relevante ressaltar que pessoas que estavam à margem de um nível mais avançado de escolaridade, em especial as consideradas negras, tiveram a oportunidade de ingressar nas universidades no contexto da democratização da educação superior.

Estudantes negros e negras no ensino superior

Antes de abordar o tema propriamente dito, faz-se necessário tecer algumas considerações sobre a polêmica travada na atual contemporaneidade, a igualdade racial brasileira. Mas, como falar de igualdade, se o tratamento é desigual? Mesmo que se perceba a representatividade dos negros nos espaços universitários, a prática cotidiana da atual conjuntura tem evidenciado que as diferenças existem evidenciadas no racismo exacerbado que persiste no Brasil, de maneira perversa e malévola.

É um racismo diferenciado do praticado na África do Sul durante o regime do *apartheid*, diferente também do racismo dos Estados Unidos, porque a característica do nosso racismo é sutil e velado, isso não quer dizer que faça menos vítimas do que o explícito, mas de qualquer maneira deixa marcas profundas.

É sabido que num tempo não muito distante nem todos tinham direito à educação básica, muito menos à educação superior. Esse direito, praticamente, era usufruído pela elite brasileira. Sendo os pobres e negros excluídos e tolhidos de direitos educacionais em todos os níveis da educação. Esse direito parecia uma realidade muito distante. Entretanto, não podemos negar que marcas de políticas públicas são vistas e já se percebe que passos foram dados em relação a inclusão, por exemplo, de pessoas negras nas universidades.

Muitos foram os que reagiram contra as Políticas de Ações Afirmativas para a população afrodescendente. Estas políticas se apresentam como mecanismos capazes de promover a superação das desigualdades raciais em nosso país. Neste sentido, é fundamental que situamos esta discussão no plano dos avanços e conquistas que o Movimento Negro brasileiro vem obtendo nos últimos anos.

O direito à inclusão, na atual contemporaneidade, com ações mais concretas é vista como positivas para os negros que ganharam visibilidade por esse direito conquistado legalmente depois de anos de lutas e reivindicações. Contudo, os contra-ataques sofridos

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. **ISSN 2594-8806**

reforçam a ideia do reconhecimento da discriminação racial no Brasil, como um fato. Mesmo que algumas universidades já vivenciam as novas realidades de inclusão, a questão ainda provoca debates acalorados dos que são contra e dos que são a favor.

Movimentos de luta persistem em dar visibilidade ao racismo velado que permeia as relações pessoais, acadêmicas, profissionais, sociais e econômicas do negro brasileiro. É doloroso perceber que a história carrega resquícios de uma abolição sem qualquer política de integração social e econômica deixando os negros à margem de todo processo digno e de sobrevivência humana. O contrário dispensaria comentários, mas a herança da discriminação social, cultural e racial herdada dos “colonizadores” exige ações reparadoras mesmo que tardiamente, mas necessárias.

A esperança de dias melhores faz o sonho não morrer e a luta por uma sociedade justa e igualitária tende a continuar. A luta é histórica, porque depois quase quatro séculos de escravidão o negro, ainda, tem o direito tolhido de um trabalho com salário digno, à saúde e à educação; não é possível que em pleno século XXI essa situação não se reverta.

Neste sentido, escolas e universidades têm papel importante na disseminação de ações através de seus Projetos Político-Pedagógicos comprometidos com atividades que contemplem a reflexão de valorização do estudante negro como pessoa e como cidadão e efetivar espaços de discussão sobre questões étnicas visando a inclusão em seu sentido pleno.

Parece que abordar pedagogicamente questões étnico-raciais não é tarefa fácil para muitos professores. A escola sofre o reflexo de uma sociedade que ainda não foi educada para conviver com a diversidade. É preciso haver a desconstrução de práticas e comportamentos preconceituosos em relação à cor ou origem étnica das pessoas que integram o espaço escolar.

Essas questões, na verdade, quando lembradas o são de forma superficial, muitas vezes acabam rotulando ainda mais estudantes negros existentes nas escolas, fortalecendo a discriminação e o preconceito nos espaços educacionais.

Não se pode negar a importância dos esforços para garantir a inclusão de questões raciais conforme prevê a Lei 10.639/2003, mas entendemos que o conhecimento sobre a realidade das relações étnico-raciais no meio escolar é de grande relevância no auxílio da proposição de políticas educacionais.

A Lei n. 10.639/2003 pode ser considerada um ponto de chegada de uma luta histórica da população negra para se ver retratada com o mesmo valor dos outros povos que para aqui vieram, e um ponto de partida para uma mudança social. Na política educacional a implementação da Lei n.10639/2003 significa ruptura profunda com um tipo de postura pedagógica que não reconhece as diferenças resultantes do nosso processo de formação nacional. (BRASIL, 2008, p. 10).

A Lei 10.639/2003 que trouxe alteração à Lei 9.394/1996 estabeleceu a obrigatoriedade da inclusão no currículo oficial das redes de ensino o tema “História e Cultura Afro Brasileira”. O Art.1º da Lei 9.394/1996 passa a vigorar acrescida dos artigos 26-A, 79-A e 79-B:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º. O conteúdo programático a que se refere o *caput* deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e políticas pertinentes à História do Brasil.

§ 2º. Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e Histórias Brasileiras.

Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra”.

Em 10 de março de 2008, a Lei 10.639/2003 foi ampliada sendo também aprovada a nova Lei 11.645/2008 que acrescenta no currículo escolar obrigatório o ensino, além da Cultura Afro Brasileira e Afro descendente, também a Cultura Indígena, buscando resgatar a omissão histórica em relação à contribuição cultural desses povos.

Valeu a persistência e a luta. Diante desses ganhos visualizamos um futuro menos racista e, com mais inclusão, direcionando o olhar para a responsabilidade social e cidadã dos homens em se tratarem com respeito e humanidade não importando as diferenças da cor da pele que cada um tem. As diferenças herdadas historicamente não podem interferir na construção de uma nova história dos afrodescendentes e reverter um passado sombrio

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806

dessa gente forte e aguerrida, é um sonho cativado. Como no pensamento de Nascimento (1980, p. 22) “[...] apesar dessa espada sinistra suspensa sobre a sua cabeça, o negro jamais desfaleceu, nunca perdeu a esperança e a energia, sempre esteve alerta à menor chance de recapturar os fios rompidos de sua própria história [...]”.

Carregamos, dentro de nós, a herança de todas as culturas e sabemos, hoje, pelas mais modernas experiências feitas no campo da biologia e da genética, que as várias características externas do ser humano como a cor da pele, o formato do nariz, os pêlos são apenas forma de adaptação do ser humano ao ambiente. A estrutura genética é idêntica nos vários grupos humanos.

Nós brasileiros somos resultado de miscigenação e, em nossos traços temos impregnado características indígenas e africanas. E não podemos negar que esses antepassados muito contribuíram com a construção da identidade brasileira. Sobre essa questão Gilberto Freyre (2006, p. 367), enfatiza:

Todo brasileiro, mesmo o alvo, de cabelo louro, traz na alma, quando não na alma e no corpo [...] a sombra, ou pelo menos a pinta, do indígena ou no negro. No litoral, do Maranhão ao Rio Grande do Sul, e em Minas Gerais, principalmente do negro. A influência direta, ou vaga e remota do africano. Na ternura, na mímica excessiva, no catolicismo em que se deliciam nossos sentidos, na música, no andar, na fala, no canto de ninar menino pequeno, em tudo que é expressão sincera da vida, trazemos quase todos a marca da influência negra. Da escrava ou sinhama que nos embalou. Que nos deu de mamar. Que nos deu de comer, ela própria amolengando na mão o bolão de comida. Da negra velha que nos contou as primeiras histórias de bicho e de mal-assombrado. Da mulata que nos tirou o primeiro bicho de pé de uma coceira tão boa. De quem nos iniciou no amor físico e nos transmitiu, ao ranger da cama, de vento, a primeira sensação completa de homem. Do moleque que foi nosso primeiro companheiro de brinquedo.

Não se pode negar que a identidade primeira do povo brasileiro tem traços do índio e do negro, mas essas origens foram marginalizadas dentro das próprias salas de aula pelo uso de livros didáticos que inferiorizavam ou apequenavam o negro com gravuras ou desenhos que não condizem com um tratamento digno. Os livros mostravam os negros como pessoas de “quinta categoria”, isso interferia negativamente para a desvalorização do negro por outros alunos, contribuindo apenas para alargar a desigualdade social dentro das próprias escolas.

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806

Diante do exposto, podemos perceber a importância de pesquisar sobre estudantes negros na universidade. Esta questão, foco do estudo, tem seu grau de relevância, mas ao mesmo tempo foi uma questão desafiadora para quem, também, traz na pele e no sangue a descendência herdada biologicamente, pois ao mesmo tempo que se coloca na posição de pesquisador, se sente colocado no lugar do outro.

A identidade

É importante perceber que “o conceito de identidade deve ser investigado e analisado não porque os antropólogos decretaram sua importância, mas porque ele é um conceito vital para os grupos sociais contemporâneos que o reivindicam”. (NOVAES, 1993 apud GOMES, 2005 p. 24). A identidade não é algo inato, ela é uma construção do sujeito historicamente situado, portanto não é estática. Ela se refere a um modo de ser no mundo e com os outros. É um fator importante na criação das redes de relações e de referências culturais dos grupos sociais.

A identidade é permeada de traços culturais expressos através das mais diversas práticas cotidianas quer seja através da linguagem, festas, rituais, alimentação ou tradições populares que marcam gerações através dos tempos. Portanto, a identidade não se prende apenas ao nível da cultura. Ela envolve, também, os níveis sócio-político e histórico de um povo e sua gente.

Munanga (2012) ressalta a identidade do ponto de vista da comunidade negra através de seu movimento social e de suas entidades políticas:

O primeiro fator constitutivo desta identidade é a história. No entanto, essa história, mal a conhecemos, pois ela foi contada do ponto de vista do “outro”, de maneira depreciativa e negativa. O essencial é reencontrar o fio condutor da verdadeira história do Negro que o liga à África sem distorções e falsificações. A consciência histórica, pelo sentimento de coesão que cria, constitui uma relação de segurança mais sólida para cada povo. É a razão pela qual cada povo faz um esforço para conhecer e viver sua verdadeira história e transmiti-la para as futuras gerações. (MUNANGA, 2012, p. 5).

Novaes (1993 apud Gomes 2005, p. 41) menciona a importância da construção coletiva da identidade ao possibilitar a criação de um *nós* coletivo - *nós* índios, *nós* mulheres, *nós*

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. **ISSN 2594-8806**

homossexuais, *nós* homens, *nós* negros, *nós* professores. Esse *nós* se refere a uma identidade, no sentido de uma igualdade, não verificada de maneira muito efetiva, mas é um recurso indispensável ao sistema de representações que um grupo social qualquer terá condições de reivindicar para si um espaço social e político de atuação em uma situação de confronto.

Para Gomes (2005, p. 42) a reflexão sobre a construção da identidade negra não pode prescindir da discussão sobre a identidade enquanto processo mais amplo, mais complexo. Esse processo possui dimensões pessoais e sociais que não podem ser separadas, pois estão interligadas e se constroem na vida social. Enquanto sujeitos sociais, é no âmbito da cultura e da história que definimos nossas identidades. Essas múltiplas e distintas identidades constituem os sujeitos, na medida em que estes são envolvidos em diferentes agrupamentos sociais.

Neste sentido, o reconhecimento de uma identidade supõe, portanto, ter o sentimento de pertencimento a um grupo social de referência. Nesse processo, nada é simples ou estável, pois essas múltiplas identidades podem cobrar, ao mesmo tempo, lealdades distintas, divergentes, ou até contraditórias. Somos, então, sujeitos em processo de construção de identidade. Então, a identidade pode ser construída, desconstruída e reconstruída por interferências sociais. Por isso as identidades sociais têm caráter fragmentado, instável, histórico e plural.

Diante disto percebemos que, conforme Gomes (2003) a identidade negra não está concluída, é um processo que se constrói gradativamente, envolvendo inúmeras variáveis, com suas causas e efeitos é, portanto, um movimento constante iniciado nas primeiras relações estabelecidas no grupo social mais próximo, no qual os contatos pessoais se estabelecem permeados de sanções e afetividades.

Esta autora entende que a identidade negra é “uma construção social, histórica, cultural e plural. Implica a construção do olhar de um grupo étnico/racial ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico/racial, sobre si mesmos, a partir da relação com o outro” (GOMES, 2003, p.171).

Vale destacar, ainda, que construir uma identidade negra positiva em uma sociedade que carrega consigo o racismo, incutindo desde cedo na mente de suas crianças que para ser aceito a pessoa negra precisa negar sua origem, sua descendência, isto é desumano. É

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. **ISSN 2594-8806**

neste sentido que precisamos estar atentos e discutirmos no cotidiano das escolas e das universidades o processo de formação de professores em preparação para lidar com questões étnico-raciais e a diversidade cultural dos estudantes.

Atitudes de racismo acontecem devido a nossa própria formação histórica que continua refletindo na educação. Como afirma Gomes (2001, p. 88),

Ao longo da nossa formação histórica, marcada pela colonização, pela escravidão e pelo autoritarismo, o imaginário social construído sobre os negros não foi o mais positivo. Esse imaginário possibilitou a incorporação de teorias raciais repletas de um suposto cientificismo que por muito tempo atestaram a inferioridade das pessoas negras, degenerescência do mestiço, o ideal do branqueamento, a primitividade da cultura negra e a democracia racial.

Diante dessa realidade a identidade do estudante negro parece não ser valorizada como deveria ser. Escolas e universidades, ainda, silenciam essas questões. Os livros didáticos guardam resquícios da predominância da figura de pessoas da cor branca, isto é evidência nítida do racismo declarado a que se propunham os livros distribuídos nas escolas, reforçando a cultura discriminatória inserida a partir da própria educação oferecida aos alunos.

Em pleno século XXI, as pesquisas sobre os livros didáticos e paradidáticos mostram que, a despeito da introdução de critérios antidiscriminatórios e antirracistas nos editais dos Programas do Livro do MEC, há materiais nas escolas que continuam a associar o negro e a negra com percepções negativas tais como: não-humanidade, maldade, feiura, tragédia e a sujeira. Esses estudos mostram que o branco ainda é apresentado como condição humana natural; as mulheres negras continuam sendo associadas ao estereótipo da empregada doméstica; e os livros são produzidos pressupondo, exclusivamente, como leitores crianças e jovens brancos. (BRASIL, 2008, p. 32)

É preciso que ações de enfrentamentos às práticas racistas façam parte do currículo e dos Projetos Político-Pedagógicos e que os livros didáticos sejam isentos de conteúdos racistas. Faz-se necessários sim, que os diversos grupos étnicos se façam representados nos livros utilizados nas escolas sem qualquer alusão racista.

Percebemos a importância da educação no combate a exclusão de um segmento étnico-racial e sua participação na sociedade, para a qual contribui economicamente, com

trabalho gratuito como escravo, e também culturalmente, em todos os tempos na história do Brasil (GOMES, 2005).

O pensamento desse autor, nos ajuda na compreensão do valor do negro na construção deste país.

Por isso, no processo de construção da identidade coletiva negra, é preciso resgatar sua história e autenticidade, desconstruindo a memória de uma história negativa que se encontra na historiografia colonial ainda presente em “nosso” imaginário coletivo e reconstruindo uma verdadeira história positiva capaz de resgatar sua plena humanidade e autoestima destruída pela ideologia racista presente na historiografia colonial. Daí a necessidade e importância de ensinar a história da África e a história do negro no Brasil a partir de novas abordagens e posturas epistemológicas, rompendo com a visão depreciativa do negro, para que se possam oferecer subsídios para a construção de uma verdadeira identidade negra, na qual seja visto não apenas como objeto de história, mas sim como sujeito participativo de todo o processo de construção da cultura e do povo brasileiro, apesar das desigualdades raciais resultantes do processo discriminatório. (MUNANGA, 2012, p. 5-6).

Os discursos discriminatórios que pairam na sociedade, muitas vezes, deixam o negro numa encruzilhada de pensamentos sobre ele, como se estivesse em meio a um tiroteio sofrendo perigo de todos os lados. É necessário desconstruir a ideia sobre a inferioridade do negro. Então, uma educação cidadã para trabalhar a inclusão de estudantes afrodescendentes é uma possibilidade de contribuir para a construção de referências positivas na identidade dos estudantes que estão em constante processo de construção identitária.

Compreendemos que a universidade é um espaço formador e um ambiente real de construção do respeito ao negro como pessoa e como cidadão. Neste sentido, tudo que desejamos e que sonhamos tem uma justificativa, é a libertação da opressão sofrida anos e anos pelo racismo. Entretanto, isto ainda é desafiador para uma sociedade que aprendeu a olhar o negro como um ser inferior, essa cultura herdada de séculos de escravidão só traz transtornos a um povo que procura na contemporaneidade, mais do que nunca, ocupar um espaço que também é seu. A cor da pele não significa inferioridade ou superioridade de uma pessoa, de um povo ou de uma nação.

O que os dados evidenciaram

Durante o caminho trilhado e as vivências acadêmicas na universidade houve a necessidade de buscar através de pesquisa científica resposta para a pergunta: Como os estudantes negros e negras lidam com questões étnico-raciais vivenciadas por eles no processo de sua inclusão na universidade? E com o intuito de ter apoio para a busca de respostas ao problema proposto pela pesquisa foi elaborado o seguinte objetivo geral: Analisar percepções de estudantes negros e negras sobre questões étnico-raciais no processo de sua inclusão e permanência no ensino superior.

Diante do exposto para a análise e interpretação dos dados foram considerados os questionários e as entrevistas.

Inicialmente demonstraremos dados coletados através dos questionários em que o perfil pessoal e acadêmico dos sujeitos estão evidenciados, dando uma percepção mais abrangente de aspectos específicos, como mostra o quadro abaixo.

Quadro 1 – Perfil pessoal e acadêmico dos sujeitos

| Sujeitos | E1 | E2 | E3 | E4 | E5 | E6 | E7 | E8 |
|---------------|--------------|----------------|----------|-----------------|------------|------------|-----------|--------------------|
| Idade | 23 | 23 | 21 | 23 | 28 | 46 | 32 | 21 |
| Sexo | F | F | F | F | F | M | M | M |
| Estado Civil | solteira | casada | solteira | Solteira | casada | casado | solteiro | solteiro |
| Nacionalidade | angolana | brasileira | angolana | angolana | brasileira | brasileiro | haitiano | brasileiro |
| Curso | Gestão de RH | Serviço Social | Direito | Gestão Produção | História | História | Filosofia | Ciências Contábeis |
| Período | 5º | 5º | 2º | 3º | 8º | 7º | 7º | 6º |

Fonte: Elaborado pelo autor

O questionário estava relacionado com questões étnico-raciais, compondo-se de perguntas abertas e fechadas. Para a questão: Em relação ao preconceito racial na Universidade: a) Existe, mas é ignorado; b) Existe e é discutido; c) Existe, mas não declaradamente; d) Não existe. A resposta “a” foi respondida por um sujeito. A resposta “c” foi respondida por dois sujeitos e a resposta “b” foi respondido por três sujeitos.

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. **ISSN 2594-8806**

A prevalência das respostas evidencia que o racismo existe nos espaços da Universidade. Há evidências que apesar de existir, mas não de maneira declarada, isto caracteriza que o racismo é velado, a forma como o racismo se apresenta através das pessoas é de maneira sutil. “O discurso social da tolerância juntamente com várias ações do mundo inteiro, nessa direção, inibe a manifestação aberta do racismo, Porém, a conscientização das más consequências deste não é suficiente para acabar com ele” (NUNES, 2010, p. 28). Apesar das evidências demonstrarem que o racismo existe, mas é uma questão discutida na universidade. Por certo, esta questão jamais poderia ficar de fora do currículo de uma instituição de ensino superior.

Para a questão: Você já sofreu algum tipo de preconceito racial na Universidade? Cinco sujeitos responderam “NÃO”, apenas um respondeu “SIM”. Isto evidencia que nos espaços da universidade apesar de ninguém estar livre de qualquer preconceito, a maioria dos sujeitos não vivenciou consigo esta situação por parte de alguém nos espaços da universidade. Mas, para a questão: Já presenciou algum tipo de racismo nos espaços da Universidade? A maioria respondeu “SIM”. Podemos enfatizar, neste caso, a expressão “comigo não aconteceu, mas já vi acontecer com alguém”. Então, o preconceito pela cor da pele pode estar em todos os lugares, em todos os espaços da sociedade.

Para a questão: Há segregação racial na Universidade? Apenas um sujeito respondeu “NÃO” e a maioria respondeu “SIM”. Então, levando em consideração o significado do verbo segregar de onde deriva o termo segregação, temos o sentido de separar, isolar, apartar. Na percepção desses sujeitos podemos inferir que os negros ficam isolados. Aqui valeria a expressão “cada um no seu quadrado”! Ou isso seria uma sinalização do racismo velado!.

Para a questão: Você percebe diferença no tratamento entre estudantes “brancos” e estudantes “negros” na Universidade? Dois sujeitos responderam “NÃO”, e quatro responderam “SIM”. Neste sentido, podemos inferir pelas respostas que a cor da pele causa tratamento diferenciado. Mas, nos questionamos, isso seria suficiente para seres humanos serem tratados uns diferentes dos outros ou, a cor da pele influencia em aspectos de superioridade ou inferioridade? São então, como no dizer de Gomes (2005) os ranços da escravidão e às imagens que construímos sobre ‘ser negro’ e ‘ser branco’ em nosso país.

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806

Na questão: Você sente alguma dificuldade de permanência e conclusão do curso? Todos responderam “NÃO” e os que justificaram, prevaleceu as facilidades de aprendizado e o esforço pelo estudo.

Dos fatores que contribuem para a existência de um número reduzido de estudantes negros na Universidade: a) Falta oportunidade; b) Dificuldade de acesso à educação; c) Falta de vontade e dedicação; d) Nenhuma das opções; e) Outra. A resposta “b” prevaleceu. Podemos inferir que as dificuldades de acesso à educação é uma herança social do período da escravidão. As universidades públicas parecem inacessíveis para as classes socialmente marginalizadas. Para Guimarães (2003, p. 251) “Foram justamente os negros os primeiros a denunciarem, como discriminação, o relativo fechamento das universidades públicas brasileiras aos filhos das famílias mais pobres”.

Para a questão: Quais desafios enfrentados na universidade por ser estudante negro? Todos responderam que não enfrentam nenhum desafio na universidade por ser negro. Contudo, nessa questão foi levada em consideração a percepção dos sujeitos que isso se deve ao fato da discriminação ser velada.

A análise e interpretação dos dados foram consideradas, também, o que emergiu das entrevistas dos participantes da pesquisa.

Para a pergunta: como você é tratado nos espaços da universidade? Todos os sujeitos responderam que são bem tratados e até o momento da coleta dos dados não foram destratados por serem negros. Essa resposta evidencia ponto positivo em relação ao tratamento dados aos estudantes da universidade, locus da pesquisa. “*Eu acredito que sou tratada com igualdade sim, não notei nada de preconceito por parte dos colegas e da universidade como um todo*” (E5). Com este mesmo sentido evidencia esta outra fala: “*Eu acho que o tratamento na universidade é bom e não tenho problema nenhum por ser uma pessoa negra*” (E7).

Quando perguntados: Quais os desafios enfrentados em relação à sua raça/cor? A maioria dos sujeitos não evidenciou desafios que para eles fossem relevantes. Contudo, para o (E6) “*Os desafios são vários é até difícil enumerá-los a começar pela acessibilidade em todos os aspectos, a começar pelo acesso ao emprego, à escola [...] Nós sentimos esse preconceito velado que dizem que não existe, mas existe, e ele está presente no nosso dia a dia*”.

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806

A realidade desse sujeito parece não ser uma das mais fáceis, certamente, sua experiência de vida o faz dizer que os desafios são vários até difícil de enumerá-los. Neste sentido, sua condição de negro parece ser uma barreira ao acesso aos direitos sociais que todo cidadão deveria ter. Sobre essa condição muitas têm sido as lutas para mudar essa realidade.

[...] as inúmeras lutas sociais por uma efetiva integração travadas após a abolição esbarravam na visão instituída durante o período colonial que dificultava o acesso da população afro-brasileira, em condição de igualdade, a duas esferas principais da vida social: o mercado de trabalho e a educação. (BRASIL, 2008, p. 9).

Para a pergunta: como aconteceu sua inclusão no ensino superior? E como você percebe o processo de sua inclusão na universidade? Todos entraram por processo seletivo do vestibular e alguns têm bolsa do Programa Universidade para Todos (PROUNI). Mas vale ressaltar que:

Eu vim da escola pública e entrei na universidade particular porque eu precisava trabalhar e não podia ir para uma universidade pública. Isso é uma das coisas lamentável em nosso país, que a pirâmide é invertida. A universidade pública federal é pública, mas o estudante que não tem condições não tem acesso a ela. E essa pirâmide precisa ser invertida, nós temos esse direito independente da nossa cor, da nossa raça ou classe social. (E6)

Esta realidade é fato, as famílias que detêm condições socioeconômicas favoráveis matriculam seus filhos na educação básica em escolas particulares e para a educação superior migram para as universidades públicas ocupando os lugares que deveriam ser dos que não podem pagar pelos estudos. É como fala o sujeito “a pirâmide é invertida”.

Quando perguntado: Qual sua concepção em relação à discriminação racial? As respostas foram variadas.

A discriminação é uma produção cultural que foi criada e tem que ter um novo processo pedagógico para poder fazer uma desconstrução desse processo cultural que foi colocado para a sociedade [...]. É algo que tem que passar por uma desconstrução através das políticas públicas e a partir daí ter de fato a inclusão, não para criar uma consciência sobre o negro que ele é inferior ou incapaz. (E7).

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806

Podemos inferir através desta fala que a discriminação racial existe e concordamos que há necessidade de políticas públicas para reverter a cultura de que o negro é inferior ou incapaz. Neste sentido, o processo de inclusão do negro nas universidades públicas pelo sistema de Cotas, no nosso entendimento, não significa que este estudante é incapaz, mas esta ação é resultado de políticas públicas que vieram contemplar e oportunizar os menos favorecidos, através das chamadas políticas afirmativas. No nosso entendimento o ingresso da população afrodescendente nas universidades públicas passou a ser visível através dessas ações reparadoras para amenizar as consequências sofridas pela discriminação racial ao longo dos tempos.

Por sua vez para a (E5) sobre a discriminação racial respondeu:

Eu acho que é um processo que tem que ser mais discutido, mas não em relação de disputa ou ocupar espaço, mas no sentido da relação de igualdade mesmo. Não como o movimento que a gente vê aqui na Universidade querendo impor o lugar do negro a qualquer custo. A questão não é uma disputa. A questão é direito para todos. (E5).

O que observamos nesta fala é o destaque para o direito que é de todos. Mas, nem sempre o direito de todos é observado. Neste sentido, a expressão “igualdade” não é no sentido de tomar o lugar ou ocupar o espaço a qualquer custo, mas é a observância dos direitos conquistados e garantidos legalmente.

Também sobre a discriminação racial, pode-se ouvir que: “*A discriminação racial é um crime, as pessoas que fazem isso deveriam ser presas, acho que elas agem assim por falta de conhecimento e associam o negro ao mundo do crime*”. (E1)

Neste sentido, a Constituição Federal de 1988, reza em seu Capítulo I, Art. 5º Caput XLII “a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão nos termos da lei”. Portanto, não se pode permitir essa prática malévola que oprime, denigre e deprecia as pessoas.

Ao serem perguntados sobre a percepção da Lei 10.639/2003 para uma educação multicultural, foi respondido:

A Lei é ótima, só que ela não é empregada, no papel é tudo bonito, mas só é aplicada ou lembrada no dia 20 de novembro, infelizmente. É o que acontece nas nossas escolas e o que se vê, ainda, é só isso. Nós precisamos mudar esse panorama (E6).

É necessário, então, reverter essa realidade para a Lei não se tornar letra morta ou figurativa, sem o real valor. É necessário mudanças de pensamento dentro das escolas. Como enfatiza Gomes (2012, p. 100):

É nesse contexto que se encontra a demanda curricular de introdução obrigatória do ensino de História da África e das culturas afro-brasileiras nas escolas da educação básica. Ela exige mudança de práticas e descolonização dos currículos da educação básica e superior em relação à África e aos afro-brasileiros. Mudanças de representação e de práticas. Exige questionamento dos lugares de poder. Indaga a relação entre direitos e privilégios arraigada em nossa cultura política e educacional, em nossas escolas e na própria universidade.

Diante dessa realidade, há de se fazer cumprir as leis e de se efetivar práticas de descolonização de currículos que não condizem com a realidade de uma educação para a liberdade e para a inclusão. Sobre os desafios para a permanência e conclusão dos cursos, a maioria dos sujeitos respondeu que não enfrenta grandes desafios a não ser o de conciliar os estudos com o trabalho e até com o tempo reservado para a família, em especial para os sujeitos casados. Para a pergunta: Como você se identifica em relação à sua raça ou cor? Todos os sujeitos responderam “*eu sou negro(a)*”. Neste sentido, podemos inferir que todos tem convicção de uma identidade própria que os identifica e os sujeitos demonstraram que se aceitam como são, como vemos nesta fala: “*Eu me aceito como sou e se me perguntarem a minha cor eu digo que a minha cor é negra, não sou pardo nem mulato, eu me identifico como negro.*” (E8).

Isto confirma que cada um não tem problemas de auto aceitação em ser negro. Neste sentido, compreendemos que os sujeitos não carregam consigo sentimento de inferioridade, mas se valorizam como pessoa e ser humano, não lhes permitindo outra característica, a não ser a de sua própria identidade.

Considerações finais

Diante do que foi analisado, todos as pessoas, independentemente, de sua cor têm direitos garantidos e devem ser respeitados como seres humanos, sobretudo, como cidadãos pertencentes a uma sociedade.

Por acreditarmos que a universidade é espaço de construção e divulgação de conhecimentos, há possibilidade de contribuição para a disseminação a favor dos direitos e do respeito, e assim caminhar na contramão da discriminação étnico-racial que, ainda,

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806

é um dos desafios de escolas e universidades. No caso da Universidade Lócus do estudo, não foi registrado, de acordo com dados coletados, caso de discriminação ou preconceito para com os sujeitos da pesquisa, apesar de alguns deles já terem visto alguma situação com outros estudantes neste sentido.

A falta de conhecimento ou a ignorância cultural não permite o reconhecimento e o valor do outro como gente; pessoa e ser humano. Assim, é necessário que temas como racismo e discriminação racial sejam abordados e discutidos em todos os níveis e áreas da educação na perspectiva de combater práticas inaceitáveis que, ainda, acontecem atualmente.

Os dados evidenciaram crítica sobre um dos desafios que esbarra no aspecto econômico. Então, foi enfatizado que a universidade pública é para os ricos e a universidade privada é para os pobres. Percebe-se o desagravo que esta realidade provoca, mas apesar disso, já é possível o negro ingressar em instituições de ensino superior nos dias atuais em um maior número que no passado. Mas, ficou evidenciada, também, que a ausência de negros na universidade é causada pela falta de oportunidade à educação. Isto faz sentido, em especial se direcionarmos, de fato, o olhar para as universidades públicas.

A abertura da Universidade Lócus deste estudo aos estudantes estrangeiros é uma atitude plausível, pois todos se sentem bem acolhidos e não se sentem discriminados nos espaços da universidade.

Todos os sujeitos da pesquisa se declararam negros e afirmaram que tem orgulho em ser negro. Ficou evidenciado a não negação de sua raça/cor. Isto é prova que os muros que impediam a aceitação de si por causa da cor aos poucos vão sendo derrubados pelos próprios negros. Contudo, para a efetivação da inclusão, ainda há um longo caminho a se percorrer, mas acreditamos na possibilidade de um dia não muito distante a inclusão seja sem discriminação nos espaços onde se materializa a educação.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. **Contribuições para a implementação da Lei 10.639/2003**. Proposta do Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana – Lei 10639/2003. MEC, 2008.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. II Tomo. São Paulo. Edição José Olympio, 2006.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: **Educação anti-racial**. Caminhos abertos pela lei federal n. 10.639/03, Brasília. Ministério da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 167-182, jan./jun. 2003.

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. **ISSN 2594-8806**

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Currículo sem fronteiras**, v. 12, n. 1, p. 98-109, jan./abr. 2012. Disponível em: http://www.apeoesp.org.br/sistema/ck/files/5_Gomes_N%20L_Rel_etnico_raciais_educ%20e%20descolozacao%20do%20curriculo.pdf. Acesso em: 23 maio 2016.

GUIMARÃES, Antonio Sergio Alfredo. Acesso de negros às universidades públicas. **Cadernos de Pesquisa**, n. 118, mar./2003.

MUNANGA, Kabengele. Negritude e identidade negra ou afrodescendente: um racismo ao avesso? **Revista da ABPN**, v. 4, n. 8, jul./out. 2012. Disponível em: http://www.academia.edu/18072694/NEGRITUDE_E_IDENTIDADE_NEGRA_OU_AFRODESCENDENTE_um_racismo_ao_avesso. Acesso em: 18 maio 2016.

NASCIMENTO, Abdias (org.). **O Negro Revoltado**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

NUNES, Sylvia da Silveira. **Racismo contra negro**: um estudo sobre o preconceito sutil. 2010. 227 f. Tese (Doutorado em Psicologia) Instituto de Psicologia. Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-27072010-082636/pt-br.php>. Acesso em 15 maio 2016.

Recebido: 20/11/2019.

Aceito: 20/5/2020.

Sobre autor e contato:

João Batista Xavier da Silva

Graduado em Ciências Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos e em Teologia pelo Instituto de Teologia Aplicada.

E-mail: joabatistaxaviersilva@gmail.com